



Data: 31.05.2019

Título: "Indústria de cimento arrisca fechar fábricas" diz a ATIC

Pub: 



Tipo: Jornal Especializado Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23

ENTREVISTA GONÇALO SALAZAR LEITE Presidente da ATIC - Associação Técnica para a Indústria de Cimento

“Indústria de cimento arrisca fechar fábricas”

Consumo de cimento no mercado interno tem estado a recuperar, mas ainda está 70% abaixo do máximo histórico. As exportações têm sido a solução, mas a subida de importações pode vir a fechar fábricas.

NUNO MIGUEL SILVA

nmsilva@jornaleconomico.pt

Passadas as diversas crises vividas pela indústria nacional de cimento, parece estar a recuperar lentamente, com aumentos consecutivos do consumo de cimento desde 2015. Em entrevista exclusiva ao Jornal Económico, Gonçalo Salazar Leite, presidente da ATIC – Associação Técnica para a Indústria de Cimento, explica que, mesmo assim, os níveis de consumo interno estão 70% abaixo do máximo histórico. E se a indústria passou a tempestade sem fechar fábricas, apostando forte na vertente das exportações, o futuro apresenta várias nuvens negras, que podem levar ao encerramento e à deslocalização de unidades fabris, com efeitos nefastos ao nível do emprego e da economia nacional e europeia. Gonçalo Salazar Leite explica porquê e apresenta as soluções.

Como é que está a evoluir o consumo de cimento em Portugal? Já passámos definitivamente a crise?

Excetuando o ano de 2015, em que houve uma primeira ligeira inversão, o mercado nacional de cimento em termos internos caracterizou-se por uma redução de consumo muito prolongada, que começou em 2001. Foi nesse ano de 2001 que se registou o pico do consumo interno de cimento. Não foi só uma crise.

Para nós, foi uma sucessão de crises. A partir de 2002, verificámos uma crescente falta de dinamismo da atividade de construção civil em Portugal, a que depois se junta a crise das dívidas soberanas e, mais tarde, a crise dos mercados financeiros mundiais. Como disse, depois de 2015, em 2016, verificou-se uma nova quebra do consumo de cimento em Portugal. A recuperação só começou de forma consistente em 2017, com um crescimento de aproximadamente 5%, e em 2018, com uma subida estimada em 10%.

E para este ano quais são as estimativas?

No que respeita ao consumo interno, a expectativa para 2019, em função das licenças de construção já atribuídas em 2018, aponta para um crescimento do consumo interno de cimento este ano na ordem dos 10%, apesar de o investimento público se manter nos níveis extremamente reduzidos registados no último par de anos. Não se pense que estes crescimentos querem dizer muito, porque partimos de números muito baixos. Hoje em dia, os níveis de consumo interno de cimento estão em 30% do que estavam em 2001. Ou seja, estão 70% abaixo do máximo histórico de consumo. Passámos de um consumo interno de cerca de 11 milhões de toneladas para cerca de 3,5 milhões de toneladas.

E é fundamental sublinhar que após esta quebra ter ocorrido, nenhuma

fábrica de cimentos instalada em Portugal fechou.

Como é que se conseguiu isso?

A principal solução que a indústria nacional de cimento encontrou foi a aposta na exportação, que passou de valores residuais em 2001, para representar entre 60% e cerca de dois terços da produção da indústria em Portugal nos últimos anos. E isso foi conseguido com um esforço da indústria no que respeita a redução de custos, a melhorias da organização e em termos comerciais, para sermos competitivos nos mercados externos. Procedemos a reestruturações e procurámos ganhos de competitividade. Assumimos custos competitivos para aumentar as exportações. E é importante dizer que nos anos de pico de

“

Já neste momento, o fecho de fábricas, a perda de postos de trabalho, a perda de VAB europeu na ordem das dezenas de milhões de euros, é um risco muito real

consumo, havia importação de cimento em quantidades significativas. Hoje em dia, continua a existir importação na mesma proporção, mas em quantidades mais pequenas, consentâneas com o mercado. Voltando às exportações, a indústria cimenteira nacional soube reinventar-se e produz cimento de grande qualidade reconhecida para diversos destinos. Esta é uma tendência que se estabelece desde 2011.

Quais são os principais mercados de exportação?

Os principais mercados de exportação variam de ano para ano em função dos mercados locais onde se inserem. Mas a indústria nacional de cimentos tem estado a exportar mais para o Magreb, para África, não necessariamente só para os PALOP, para a América do Norte e para a América do Sul. Também existe alguma exportação para a Europa. O sucesso desta estratégia depende de oferecermos um produto de qualidade e de termos uma capacidade comercial muito dinâmica nas empresas.

As empresas do setor não fecharam, mas houve vários despedimentos...

Claro que neste período houve um redimensionamento. No passado, nos anos de ajustamento, houve necessidade de fazermos uma otimização das unidades produtivas e houve redução de postos de trabalho. Mas o mais importante foi que se conseguiu garantir: a continuidade, em funcionamento, de todas as unidades industriais para assegurar os postos de trabalho que lá permaneceram.

E qual será o futuro do setor?

Acreditamos que o consumo de cimento vai continuar a crescer a nível interno. O cimento é fundamental para as infraestruturas. O betão, de que o cimento é o principal elemento, constitui a grande parte do nosso edificado, a grande maioria do local onde vivemos. Um

recente estudo indica que 70% das infraestruturas europeias são construídas em betão. O betão é um material acessível, resistente, versátil, confiável, sem igual naquilo que é o nosso espaço de vivência. Faz parte da nossa qualidade de vida. Desde as casas, às estradas, do saneamento básico às infraestruturas de transportes, o betão, feito com cimento, faz parte do nosso quotidiano. E vai fazer parte das cidades sustentáveis, das *smart cities*, que é o tema da nossa próxima conferência, no dia 3 de junho (ver caixa). A nossa qualidade de vida é garantida em grande parte pelo betão, cuja componente fundamental é o cimento, uma base do desenvolvimento sustentável.

Normalmente, não associamos cimento a desenvolvimento sustentável...

Mas devíamos. O cimento tem uma eficiência térmica sem igual, é absolutamente indispensável para a resistência sísmica, e, ao contrário do que se possa imaginar a sua sustentabilidade é favoravelmente comparável com qualquer outro produto, seja o alumínio, o ferro, o aço, ou a madeira. Existem vários outros estudos recentes, de origem europeia e americana, que concluem que tendo em conta todo o ciclo de vida do edificado, o cimento, o betão é o elemento enquanto material que compara de forma equivalente ou mesmo favorável com os outros materiais de construção. As diferenças que se encontram no impacto ambiental e em particular nas emissões de CO2 de diferentes edifícios resultam não da escolha de materiais, mas sim do desenho da construção. 90% das emissões relacionadas com um edifício de habitação, por exemplo, são geradas não na fase de construção mas durante a sua utilização, e aí as características de eficiência energética do betão são imbatíveis. O cimento é o material que garante o maior ciclo de vida de qualquer edificado, contribuindo assim de forma incomparável para a sustentabilidade de um edifício e, portanto,

para a sustentabilidade de uma sociedade. O cimento tem uma capacidade de recarbonatação, ou seja, de recapturar o CO2 depois de aplicado numa infraestrutura, ao longo do seu grande ciclo de vida. Tem a capacidade comprovada de atuar como sumidouro consumidor de CO2, tal como a madeira. Além de não depender de um material escasso ou em vias de esgotamento: o calcário, a matéria-prima do cimento, é o segundo material mais abundante à face da terra. E é preciso ter a noção de que vamos ter de nos adaptar aos efeitos das alterações climáticas. E este é o produto mais adequado para a adaptação, a construção das infraestruturas necessárias para garantir a segurança das populações perante os fenómenos climáticos extremos, que já se registam hoje. Face a isto, é difícil imaginar que não tenhamos necessidade deste material no futuro se queremos caminhar para uma Europa sustentável.

Portanto, o consumo de cimento em Portugal e na Europa vai continuar a crescer?

Na Europa, está previsto que o consumo de cimento cresça na ordem dos 20% a 30% nos próximos 20 a 30 anos, em termos acumulados. Este é um material indispensável e, comparado a alternativas, sustentável. Por isso, é inevitável que haja um crescimento do mercado europeu nos próximos anos. No caso do mercado interno, temos de começar a pensar seriamente se esse material suplementar, esse cimento a mais que vai ser necessário, vai ser fornecido pela indústria portuguesa ou se vamos ter de o importar. Não há qualquer razão para que seja necessário recorrer a importações de cimento para Portugal, porque a indústria portuguesa tem capacidade instalada e *know how* nacional. A indústria nacional tem condições para fazer este caminho para uma indústria de baixo consumo carbónico.



Então, o que é que falta?

Falta criar as condições necessárias o apoio para desenvolver e investir nas tecnologias inovadoras para capturar e proceder à retenção de carbono emitido no processo produtivo. O caminho que esta indústria já fez no sentido da sustentabilidade dos seus processos é notável e é público. Mas são necessárias condições e apoio para seguir este caminho, numa indústria que também é absolutamente indispensável para concretizarmos a economia circular na Europa. Produzir menos não será solução, será apenas passar o problema para outra geografia e agravá-lo. E a Europa precisa destas fábricas: esta indústria já é um dos melhores exemplos vivos na Europa do que é uma verdadeira economia circular, uma vez que já consegue uma eficiência de aproveitamento de quase 100% dos materiais utilizados e de cerca de 70% em termos de aproveitamento energético. A indústria já utiliza resíduos de construção no fabrico de cimento, e é na produção de betão que serão incorporados no futuro os resíduos de demolição reciclados. Este é mais um compromisso da nossa indústria para reduzir a utilização de matéria-prima virgem.

Esta é uma indústria fulcral para o desenvolvimento da economia circular, para termos cada vez menos emissões de CO₂, e para termos cada vez menos utilização de matérias-primas virgens - mesmo que o calcário, a base para a produção de cimento e de betão, seja o segundo material mais abundante à face da Terra. A indústria cimenteira tem uma capacidade ímpar de coprocessar resíduos, e assim de utilizar e importar menos combustíveis fósseis. A atual percentagem de utilização de combustíveis derivados de resíduos é de 45%. Não há razão nenhuma para que a percentagem de utilização de combustíveis derivados de resíduos não possa ir rapidamente a 60%. E não há nenhuma razão técnica para não se poder chegar aos 90%. O facto de podermos chegar a esses números tem a ver com a política de reutiliza-

ção de resíduos em cada um dos países europeus e com a disponibilidade desses combustíveis. Se houver condições para a indústria cimenteira aumentar apenas de 45% para 60% a utilização de combustíveis derivados de resíduos, poderemos evitar na Europa um investimento de cerca de 13 mil milhões de euros na construção de centrais incineradoras dedicadas. Já existe capacidade instalada na indústria cimenteira para atingir esse objetivo fulcral da economia circular que é o fim da deposição em aterro.

E como é que se consegue isso?

Ter mais combustíveis derivados de resíduos é o que precisamos. Isso tem tudo a ver com a legislação sobre o tratamento dos resíduos em cada um dos países. E sobre isso consideramos que o PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos é um passo na direção certa. Mas temos de assegurar a eliminação da deposição de resíduos em aterros e passar a ter uma obrigação de tratar todos os resíduos, através da reciclagem, da reutilização ou do coprocessamento. Legislação nesse sentido iria alimentar e reforçar toda a cadeia da economia circular europeia e nacional.

Estamos a falar de legislação comunitária ou nacional?

Essa legislação depende essencialmente das autoridades nacionais, mas há enquadramento europeu, com diretivas e regulamentos que, a prazo, visam a quase total eliminação da deposição de resíduos em aterros. Com os níveis que já atingimos de coprocessamento e de reutilização de materiais, com a criação de valor calorífico e com o poder energético que criamos, e que podemos vir a reforçar, esta é uma indústria chave para a economia circular.

Estamos confiantes que a nova legislação, o novo enquadramento jurídico nesta matéria poderá possibilitar a concretização destes objetivos. O PERSU está neste momento em revisão e a ATIC já faz chegar os seus contributos nesse sentido.



E se tal não se verificar?

Há dois tipos de consequências se tal não vier a verificar-se. Em primeiro lugar, na competitividade internacional e em segundo lugar no





Data: 31.05.2019

Título: "Indústria de cimento arrisca fechar fábricas" diz a ATIC

Pub: **JE** O Jornal Económico

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Especializado Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23



Cristina Bernardc

volume de emissões de GEE. O cimento é e continuará a ser indispensável para a sociedade e será produzido localmente, com os benefícios que daí advêm, ou será im-

portado. A indústria cimenteira europeia, e a nacional também, está comprometida com a descarbonização do seu processo produtivo e está a trabalhar nesse sentido. Tem

de ter condições de lá chegar. Se tal não se vier a verificar, isso irá levar a aumentos significativos da importação de cimento para a Europa, à deslocalização de fábricas e à per-

Área: 1499cm² / 60%

Tiragem: 20.000
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6488883

Data: 31.05.2019

Título: "Indústria de cimento arrisca fechar fábricas" diz a ATIC

Pub:



Tipo: Jornal Especializado Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;22;23



da de empregos na indústria, tudo aquilo que evitámos até agora. Poderá estar em risco o futuro da indústria cimenteira na Europa, e também em Portugal. Este caminho para uma indústria de carbono zero é um compromisso da nossa indústria cimenteira, mas não será possível se não houver condições para tal, através de apoio ao investimento em tecnologias inovadoras e de alterações legislativas e regulamentares no sentido do reforço da economia circular. Já neste momento, o fecho de fábricas, a perda de postos de trabalho, a perda de VAB europeu na ordem das dezenas de milhões de euros é um risco muito real. E produzir fora da Europa e transportar cimento para a Europa, na melhor estimativa possível, vai gerar um aumento de 10% nas emissões de GEE por cada tonelada de cimento. É totalmente contraproducente. ●

Leia mais detalhes sobre esta entrevista na edição 'online' do Jornal Económico no dia 3 de junho

CONFERÊNCIA A 3 DE JUNHO

"Iremos dar espaço a especialistas numa perspetiva transversal - da arquitetura, da engenharia, da banca de investimento e, como é óbvio, da própria indústria nacional", é assim que Gonçalo Salazar Leite resume a conferência que a ATIC irá promover a 3 de junho, entre as 08h30m e as 11 horas, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. O lema é 'Desafios à Sustentabilidade dos Setores Económicos Portugueses: Descarbonização da Indústria, Smart Cities e Construção'. A sessão de abertura será liderada por Pedro Siza Vieira, ministro Adjunto e da Economia. O primeiro painel debate a 'Descarbonização e Economia - A Competitividade da Indústria' e contará com a participação de Nuno Lacasta, presidente da APA - Agência Portuguesa do Ambiente; Ricardo Bayão Horta, professor emérito da Universidade de Lisboa, professor catedrático jubilado do IST - Instituto Superior Técnico e ex-presidente da Cimpor; João de Mello,

presidente do conselho de administração da Bondalti; e Paulo Martins, membro da comissão executiva do Haitong Bank, sendo moderado por Filipe Alves, diretor do Jornal Económico. Às dez horas, Carmen Andrade, professora e investigadora do Instituto de Ciências de la Construcción Eduardo Torroja, apresentará o estudo 'Absorção de CO2 por edifícios em betão'. O segundo painel, sobre 'Resiliência e Sustentabilidade das Cidades - Smart Cities', contará com a participação de Carlos Mineiro Aires, Bastonário da Ordem dos Engenheiros; Fernando Santo, administrador executivo do Montepio Gestão de Ativos Imobiliários; Manuel Reis Campos, presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário; e João Pardal Monteiro, antigo presidente da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, moderado por Pedro Pinto, subdiretor de informação da TVI. A sessão de encerramento fica a cargo de Luís Fernandes, presidente do conselho executivo da ATIC e CEO da Cimpor Portugal, e de Nuno Lacasta, presidente da APA.

Área: 1499cm² / 60%

Tiragem: 20.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6488883

